

PROTAGONISTAS DO PODER LOCAL Obstáculos e oportunidades

Albertina Jordão

Regimprensa/Notícias da Amadora

Resumo A participação política das mulheres portuguesas é escassa em todos os níveis do poder, embora a nível autárquico a sua representação seja um pouco mais significativa. Contudo, os resultados apurados após as eleições autárquicas de Dezembro de 1997, para os sete municípios da Grande Lisboa, e também os obtidos a nível nacional, podem de algum modo contraditar aquela ideia. Este artigo, baseado num estudo desenvolvido pela Regimprensa sobre a Região de Lisboa, discute, por um lado, as oportunidades e, por outro, os obstáculos endógenos e exógenos à efectiva participação activa das mulheres na vida política local.

Esta intervenção reflecte os resultados obtidos após um ano de trabalho (de Julho de 1997 a Junho de 1998) decorrido no âmbito do Projecto "Protagonistas do Poder Local. Quando o Essencial é a Causa das Mulheres", desenvolvido pela Regimprensa, tendo sido um dos dois projectos portugueses apoiados pelo 4.º Programa de Acção Comunitária a Médio Prazo para a Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres. Importa acrescentar que este projecto veio dar continuidade a um outro desenvolvido um ano antes e que deu lugar à publicação de um Guia do Poder Local no Feminino (guia que continha um conjunto de 12 objectivos/medidas a pôr em prática pelas autarquias no sentido de promoverem uma política de igualdade de oportunidades, e a que foi atribuído o Prémio Mulher Reportagem 1997 — Maria Lamas pelas Organizações não Governamentais do Conselho Consultivo da CIDM). Para a elaboração desse guia procedemos ao levantamento das mulheres autarcas em exercício à data (Março de 1997), na área da Grande Lisboa, abrangendo os municípios da Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira. O projecto que lhe deu sequência — "Protagonistas do Poder Local. Quando o Essencial é a Causa das Mulheres" — desenvolvido num ambiente de campanha para as eleições autárquicas (14 de Dezembro) pretendeu funcionar como um observatório da participação política das mulheres no poder autárquico e acompanhar a evolução dessa participação. É com base nos resultados deste projecto, no conhecimento e na análise obtidos a partir da experiência de dois anos, que pensei esta intervenção.

A participação política das mulheres portuguesas é escassa em todos os níveis do poder (parlamentos nacional e europeu e poder local), embora a nível autárquico a sua representação seja um pouco mais significativa. Não devemos esquecer que, para este nível do poder, o número de lugares é bastante maior (mais de 30 mil)

Quadro 1 Mulheres nas freguesias

Concelhos	Junta de Freguesia	Assembleia de Freguesia
Amadora	11	43
Cascais	13	17
Lisboa	57	200
Loures	19	66
Oeiras	8	33
Sintra	19	45
Vila Franca de Xira	4	27
Total	131	431

Nota: Regimprensa/Grande Lisboa 1997.

do que para a Assembleia da República (230) ou Parlamento Europeu (25). Talvez por isso se diga que as mulheres têm uma maior predisposição para o exercício deste nível de poder. Contudo, os resultados apurados após as eleições autárquicas de Dezembro de 1997, para os sete municípios em análise, e também os obtidos a nível nacional, podem de algum modo contraditar aquela ideia.

Antes das últimas eleições autárquicas (1993), em termos nacionais, as mulheres presidentes de câmara representavam 2,6% do total, passando a 3,9% (12). Como se pode observar, um ganho de reduzida expressão. As vereadoras representavam 9,4% e após as eleições de 14 de Dezembro passaram a representar 11,7%. Na Grande Lisboa, para o conjunto dos quatro órgãos (Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia) as mulheres representam 22,8% dos eleitos (132 freguesias).¹ Na altura, não estavam contemplados 92 autarcas do concelho de Lisboa, entre os quais estariam algumas mulheres. Aliás, a este propósito, é de referir que Lisboa constitui uma regularidade na dificuldade que se tem em obter dados. Seria interessante saber se esta situação é específica à Grande Lisboa e a Lisboa, ou se no Grande Porto ou noutras localidades se verifica o mesmo ou se é pior...

Ao nível das câmaras municipais a representação feminina passou de 14,8% (1993) para 17,3% (1997). Nos órgãos de freguesia a representação das mulheres passou de 21% em 1993 para 23,9% após as eleições. Como se pode mais uma vez observar, os ganhos quantitativos são pouco expressivos, mesmo ao nível dos órgãos de freguesia, onde tradicionalmente estão mais representadas.

E é este o panorama num país cuja população feminina representa cerca de 52% e na Grande Lisboa 52,7%. No que se refere ao total de eleitores (1.718.233) não se sabe quantos deles são mulheres e quantas delas votaram.

Apresentada a situação, é pertinente questionarmo-nos sobre as causas de condição tão desfavorável à participação política das mulheres ao nível autárquico. A partir do estudo realizado podemos identificar alguns obstáculos à efectiva participação activa das mulheres na vida política local. Os obstáculos são vários e diferentes e poderemos subdividi-los em dois grupos: endógenos e exógenos.

Obstáculos endógenos

- Em primeiro lugar, podemos incluir aqueles obstáculos que estão a montante da participação política, nomeadamente as condicionantes de natureza socio-económica. Quando as mulheres representam a maioria dos desempregados, enfrentam grandes dificuldades na sua inserção profissional (1.º emprego) e na reinserção profissional, sobretudo se têm mais de 40 anos, é difícil (e compreensível) mobilizá-las para a participação política.
- Outro obstáculo é o facto de as mulheres serem ainda as únicas responsáveis pela educação dos filhos e pela gestão das actividades domésticas. Este obstáculo foi frequentemente referido pelas mulheres autarcas do nosso estudo.
- Um terceiro obstáculo é a ausência de socialização/educação para a participação pública e política. As mulheres foram durante muito tempo confinadas ao espaço doméstico, privado, resguardado, sem grande oportunidade de se exprimirem publicamente. Não podiam dar expressão à palavra. Para além de que havia sempre uma figura masculina a representá-las, o pai, o irmão ou o marido.
- Um quarto obstáculo é a baixa auto-estima das mulheres, o sentido de desvalorização, o não reconhecimento das suas competências, da importância e do contributo do seu trabalho não remunerado, mas fundamental para a manutenção da sociedade. Esta questão contribui fortemente para que se auto-excluam "naturalmente" de todo o tipo de situações que tenham a ver com a exposição pública.
- Um outro obstáculo, evidenciado por algumas mulheres autarcas, é a falta de preparação política, mesmo quando possuem habilitações de nível superior, embora menos nestes casos. O facto de terem tido menos oportunidades de exercerem cargos políticos ou outros tem favorecido a sua falta de "prática" para as coisas da política.
- E ainda o sentimento do ridículo se manifestam simpatia pela causa da igualdade de oportunidades. Aqui podemos encontrar duas posições. Uma de explícita negação do interesse pela questão, manifestando inclusive que nunca foram objecto de discriminação, e por isso nem sequer querem ouvir falar de medidas de discriminação positiva, porque essa questão está associada a uma outra, que é admitir um estatuto de menoridade, de que não foram bem sucedidas. Outra é o facto de o interesse pela igualdade de oportunidades estar associado às "coisas das mulheres", ou até ao feminismo e a toda a carga pejorativa que lhe está associada.

Obstáculos exógenos

Ao nível dos obstáculos exógenos podemos identificar um número assinalável de entraves objectivos à participação política das mulheres, alguns deles facilmente

ultrapassáveis, na minha perspectiva, se houver, designadamente, vontade política.

- Em primeiro lugar, as organizações que constituem a base de recrutamento para o poder local, os partidos, os sindicatos e até associações, têm poucas mulheres e parece não haver interesse em motivá-las para aderirem e filia-rem-se nos partidos políticos. Os partidos políticos são ainda, como já ouvi, “clubes de homens”. Quando estávamos a recolher dados para o nosso estudo e inquirimos as quatro principais forças políticas acerca do número ou percentagem de mulheres no conjunto dos militantes, todos os partidos, à excepção do PCP — que neste caso forneceu apenas dados para Amadora, Lisboa, Loures e Cascais — informaram não possuir esses dados ou simplesmente nem os forneceram, tendo inclusive manifestado alguma surpresa no interesse pela questão.
- Este facto remete-nos para um outro obstáculo, que é a ausência de informação estatística sobre a real situação das mulheres. Sem conhecermos a realidade não podemos reivindicar a mudança. E não será por acaso que os partidos políticos não demonstram interesse nesta questão. Em primeiro lugar, têm poucas mulheres, não querem admitir a realidade para não dar visibilidade à escassez de representação feminina e também evidenciaram (as estruturas concelhias) não ter consciência da importância dessa informação. E essa ausência de informação tem levado a que, a nível interno dos partidos, as poucas mulheres militantes não se constituam como grupo de pressão capaz de fazer alterar a situação. Como também não tem influência a nível externo, junto, por exemplo, das mulheres simpatizantes, podendo estas penalizar (através do voto) ou não o partido pelo facto de este não cativar mais mulheres, nem considerar importante investir no seu recrutamento. Mas a ausência de informação revelou-se também a outro nível. Passados seis meses sobre as eleições autárquicas, o STAPE (Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral) ainda não possuía os resultados, tendo sido necessário inquirir as 132 juntas de freguesia para obtermos os dados relativos aos eleitos e eleitas. Saber o nome, a idade, a profissão e o partido ou coligação revelou-se um árduo e complicado trabalho, quer pela burocracia que caracteriza grande parte do funcionamento das juntas e a falta de meios que muitas evidenciaram, quer pelo facto de não possuírem a informação organizada, quer muito simplesmente por considerarem que não deveriam fornecer esses dados. De resto, algumas juntas de freguesia de Lisboa não o fizeram (como parece ser já uma tradição), ficando por identificar 92 eleitos.
- Um outro obstáculo é o preconceito (ou preconceitos) que os homens evidenciam e utilizam para afastar as mulheres de lugares elegíveis nas listas. A sua indisponibilidade e falta de interesse são argumentos muito invocados. Para além de que se lhes referem sempre em termos universais, como se *todas as mulheres* estivessem indisponíveis, por algumas poderem ter invocado essa questão. Tal facto leva-nos a pensar na indisponibilidade dos homens em “libertarem” as suas mulheres para terem uma participação política activa.

- Um outro obstáculo é o estereótipo de que as mulheres têm uma maior predisposição para determinados pelouros. Na Grande Lisboa veio a confirmar-se que as autarcas ficaram quase sempre, salvo honrosas excepções, responsáveis por áreas que são associadas às suas tradicionais competências ou vocação, consideradas como um natural prolongamento das suas actividades familiares e domésticas, de que são exemplo a área social, a educação, os idosos, a cultura, entre outras. Este estereótipo concorre para que às mulheres sejam dadas menos oportunidades, inclusive de poderem fazer uso das suas qualificações em áreas como as engenharias, o direito, etc. Para além de que tradicionalmente os pelouros mais valorizados não têm sido aqueles que usualmente lhes são confiados.
- Outro dos obstáculos é aquilo que se pode designar pelo funcionamento da actividade quer partidária, quer autárquica. É quase sempre à noite e é muitas vezes entendido como uma actividade de tempos livres ou horas livres. E de facto a maioria das mulheres não tem horas livres. Para além de que obriga a uma reorganização da vida familiar e doméstica só possível com uma repartição das tarefas entre homens e mulheres.
- Um outro obstáculo à participação política das mulheres é o lugar em que figuram nas listas dos partidos que as candidatam. Consultados os editais, podemos verificar que a grande maioria estava no final da lista, o que se traduz na necessidade de obterem mais votos para serem eleitas, para além de que são mais penalizadas nos resultados do que os homens. Por exemplo, nestas eleições o partido que tradicionalmente elege mais mulheres, o PCP, viu reduzir o seu número em virtude de ter perdido alguns mandatos. Também no que se refere ao número de votos para conseguirem ser eleitas, dado figurarem no final das listas, em muitas das freguesias da Grande Lisboa as mulheres precisaram de seis, sete ou oito vezes mais votos para serem eleitas do que os seus homólogos masculinos.
- Outro obstáculo, e que nesta eleição se viu confirmado como obstáculo, é o facto de os presidentes de junta serem remunerados (a tempo inteiro ou a tempo parcial) e o facto de nalguns casos a remuneração ser superior àquela que aufeririam na sua anterior actividade profissional. Portanto, a introdução desse novo factor concorreu para diminuir as possibilidades das mulheres e relegá-las para o órgão deliberativo, a assembleia de freguesia. Confirmando esta situação, por exemplo ao nível da Grande Lisboa, verificou-se efectivamente uma redução do número de mulheres presidentes de Junta. Antes das eleições de 14 de Dezembro existiam 19 e após as eleições apenas foram eleitas 13.
- Mas as mulheres têm, ainda, que enfrentar obstáculos que se prendem com, por exemplo, a dimensão e as características do território onde se candidatam. As freguesias mais urbanas e maiores são-lhes mais favoráveis. As freguesias mais rurais, mais pequenas e com menor densidade populacional são aquelas onde menos mulheres foram eleitas. Evidenciam um maior conservadorismo, são mais fechadas às evoluções e à incorporação de novos valores e atitudes. Esta tendência parece acompanhar a realidade nacional, embora, obviamente não possamos extrapolar a partir da realidade da Grande Lisboa.

Mas o título da minha intervenção é obstáculos e oportunidades. Após a identificação de tantos obstáculos, será que ainda existe espaço para as oportunidades? E que oportunidades existem efectivamente para as mulheres?

Em primeiro lugar, o nível autárquico é aquele que, como já referi, pode oferecer mais possibilidades, por haver mais lugares para preencher.

Depois, o poder autárquico pode constituir um excelente meio de aprendizagem do mundo da política e constituir-se inclusive como a rampa de lançamento para voos mais altos, ou para instâncias mais importantes dentro do poder autárquico (de presidente de Junta de Freguesia para presidente de Câmara Municipal).

Mas, nestas eleições, também se verificou uma tendência para o rejuvenescimento e uma certa renovação das mulheres. Esta situação veio evidenciar um interesse crescente das jovens pela participação política e pública, sobretudo ao nível das juntas. Pode inferir-se que este pode ser um meio para obterem alguma notoriedade. Mas também se viu confirmado o interesse que a participação na gestão da sua freguesia parece deter junto das jovens autarcas. E esta experiência, associada às qualificações e habilitações das mulheres jovens, pode potenciar a constituição de uma classe de mulheres políticas mais bem preparadas e que mais tarde ou mais cedo verão compensada a sua opção.

É, também, uma oportunidade para as mulheres experimentarem e confirmarem muitas das suas competências e características. Mas também, e sobretudo, é uma oportunidade para o poder dito de "proximidade", contando entre os seus eleitos com aquelas que constituem, segundo uma certa opinião, *os autarcas* mais atentos aos problemas da população, com maior sentido de pragmatismo e de sacrifício. Uma eleita da Grande Lisboa afirmou, numa entrevista que nos deu, que a visão da mulher é concreta e pragmática, completando a percepção mais abstracta dos homens.

Notas

- 1 Dados obtidos até Junho de 1998, data da conclusão do projecto. Sabe-se entretanto que, decorrente de substituições, existe pelo menos mais uma vereadora na Câmara Municipal de Sintra, eleita pela CDU.

Referências bibliográficas

- Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (1998), *Portugal — Situação das Mulheres 97*, Lisboa, CIDM.
- Regimprensa (1998a), *Protagonistas do Poder Local. Quando o Essencial é a Causa das Mulheres: Grande Lisboa*, Amadora.

- Regimprensa (1998b), *Protagonistas do Poder Local. Quando o Essencial é a Causa das Mulheres: Concelho da Amadora*, Amadora.
- Regimprensa (1998c), *Protagonistas do Poder Local. Quando o Essencial é a Causa das Mulheres: Concelho de Cascais*, Amadora.
- Regimprensa (1998d), *Protagonistas do Poder Local. Quando o Essencial é a Causa das Mulheres: Concelho de Lisboa*, Amadora.
- Regimprensa (1998e), *Protagonistas do Poder Local. Quando o Essencial é a Causa das Mulheres: Concelho Loures*, Amadora.
- Regimprensa (1998f), *Protagonistas do Poder Local. Quando o Essencial é a Causa das Mulheres: Concelho de Oeiras*, Amadora.
- Regimprensa (1998g), *Protagonistas do Poder Local. Quando o Essencial é a Causa das Mulheres: Concelho de Sintra*, Amadora.
- Regimprensa (1998h), *Protagonistas do Poder Local. Quando o Essencial é a Causa das Mulheres: Concelho de Vila Franca de Xira*, Amadora.
- STAPE (1997), *Caracterização Sociográfica das Mulheres Eleitas para as Autarquias Locais 1993*, Lisboa.
- Tavares da Silva, Regina e Isabel Romão (1997), "Participação na vida pública e política", *Indicadores para a Igualdade. Uma proposta inadiável*, Cadernos Condição Feminina, n.º 47, Lisboa, CIDM.